

IMAGENS DA MEMÓRIA BELO HORIZONTINA EM (RE)VISITA À RUA DA BAHIA

Isa Maria Marques de Oliveira
Doutoranda em Letras pelo CEFET/MG
poetaisa@gmail.com

Antonia Cristina de Alencar Pires
Doutora em Letras pela UFMG
crisp563@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como eixo a relação entre literatura, memória urbana e patrimônio cultural. Tomamos como objeto de observação de tal relação a Rua da Bahia, em Belo Horizonte/MG. Esta rua, desde a inauguração da capital, apresentou-se como lugar de efervescência cultural, dada a intensa movimentação dos moradores por suas calçadas e estabelecimentos, tornando-se local de encontros da intelectualidade belo-horizontina. Foi na Rua da Bahia que se formou a primeira geração de escritores modernistas belo-horizontinos. Esta geração dedicou-lhe uma infinidade de textos e horas de frequência, assim como outras gerações de intelectuais que lhe sucederam, criando uma espécie de tradição e conferindo-lhe o estatuto de patrimônio afetivo e cultural de BH, tanto do ponto de vista material, pois nela se encontram prédios de várias épocas e tendências arquitetônicas, quanto do ponto de vista imaterial, uma vez que ainda é lugar de hábitos e costumes remanescentes do início da capital.

Palavras-chave: literatura, memória urbana, patrimônio cultural, Belo Horizonte, Rua da Bahia.

ABSTRACT

This paper focuses on the relationship between literature, urban memory and cultural heritage. We take as object of observation of such relation the street Rua da Bahia, in Belo Horizonte, MG. This street, since the capital's inauguration, has been a place of cultural effervescence given the intense movement of the residents by their sidewalks and establishments, thus becoming a place of meeting for the beautiful intelligentsia of Belo Horizonte. It was in Rua da Bahia that the first generation of modernist writers from Belo Horizonte was formed. This generation dedicated a myriad of texts and hours of attendance, as well as other generations of intellectuals who succeeded them, creating a tradition and conferring on it the status of Belo Horizonte's affective heritage and cultural patrimony. Patrimony is conferred materially, because of its buildings of various epochs and architectural tendencies, as well as immaterially, since it is still a place of habits and customs remaining from the time the capital was inaugurated.

Keywords: literature, urban memory, cultural heritage, Belo Horizonte, Bahia street.

INTRODUÇÃO

Nas subidas e descidas diárias em uma das ruas mais movimentadas da capital mineira, passamos pelos seus bens históricos cuja imponência impera sobre o tempo, guardando histórias reveladas nas memórias literárias. Pedro Nava, escritor e memorialista, registrando suas passagens pela Rua da Bahia, nos descreve momentos que tornaram esse lugar tão simbólico e afetivo. Drummond, em seus poemas e crônicas, exalta uma cidade jovem e modernista. Assim, nossa observação se pauta na questão levantada por Luiz Henrique Silva e Nísia Werneck (1990, p. 4): “para que serviria acompanhar tão detalhadamente os itinerários de Pedro Nava na Rua da Bahia?”, ao que cabe responder: “Nava empresta, aos prédios que ainda existem, daqueles anos, significados novos, que vêm se juntar àqueles que nosso cotidiano instaurou” (SILVA; WERNECK, 1990, p. 5).

Nosso objetivo neste artigo é observar a relação entre literatura, memória urbana e patrimônio cultural, norteados pela ideia de que a literatura configura-se como um dos saberes possíveis de resgatar imagens e discursos construídos no que concerne às referências espaciais da cidade. A literatura, por sua capacidade de promover o deslocamento de elementos para a construção de novos significados, opera como uma leitura que confere “um sentido e uma função aos cenários da cidade, ordenando o real e lhe dando um valor” (PESAVENTO, 1999, p. 17-19).

Para tanto recorreremos aos conceitos de memória coletiva expressos por Michel De Certeau (2008) e Klug, Lima e Lebedeff (2015), em que pese a importância memorialística da figura do *flâneur*, pela ótica benjaminiana, a partir da qual analisamos os registros literários de Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade.

O modo como as imagens da cidade serão representadas dependerá dos filtros de percepção de quem realiza essa leitura, como salienta a historiadora da cultura, quando afirma que “a atribuição de sentido às imagens poderá depender do ponto de vista ou do lugar de quem vê e de como sente aquilo que apresenta” (PESAVENTO, 1999, p. 17). Isso equivale a dizer que um determinado discurso que fala sobre a cidade de forma alguma esgota a realidade dada: apenas manifesta aspectos de situações que foram experimentadas ou oferecidas para apreciação. Pelo fato de representar impressões específicas acerca da realidade, esse discurso será sempre atravessado por subjetividades e intenções que se colocam ali, no texto, suscitando infinitas possibilidades de compreensão (PESAVENTO, 1999, p. 17).

As cidades sempre figuraram no espaço dos textos literários como cenário do enredo de romances e contos, mas, muitas vezes, são elas próprias personagens de tais escritos, ou objetos de poemas e crônicas. Cumpre sublinhar que nos textos literários a percepção e as impressões dos escritores sobre a cidade, seus fenômenos e suas transformações se configuram em registros que dão lastro à memória coletiva e substrato ao conhecimento do patrimônio cultural. É o caso dos escritores modernistas belo-horizontinos, em cujos textos estão registrados a memória dos lugares, as imagens e o fim das coisas.

PATRIMÔNIO E LITERATURA: MEMÓRIA URBANA

Em relação à memória urbana, estamos utilizando aqui este conceito não apenas no sentido de uma memória das edificações enquanto construções erguidas em determinado momento histórico, ou da paisagem que as circunda, mas de ambas como espaços de vivências e experiências humanas, palco da rotina do dia a dia.

Klug, Lima e Lebedeff (2015, p. 185) consideram um conceito de memória em que “as memórias individuais são pontos de vista da memória coletiva, já que ao registrar sua memória, ao evocar seu passado, cada ser sempre recorrerá às lembranças dos outros”. Desta forma, recorreremos às memórias de Nava e Drummond para uma (re)visita à Rua da Bahia e para extrair as significações do patrimônio cultural nelas presentes, em que “cada ser precisa que suas memórias sejam validadas também pelas lembranças do outro” (KLUG; LIMA; LEBEDEFF, 2015, p. 185).

Consideramos, em suma, que a memória urbana está nos significados atribuídos aos espaços pelos habitantes de uma cidade, e não nos marcos físicos em si, indo ao encontro do pensamento de Michel De Certeau. De Certeau (2008, p. 68) sugere que as cidades podem ser vistas além do olhar totalizador de gestores públicos e de urbanistas, podendo ser pensada por meio das imagens produzidas por experiências de “caminhantes e pedestres”, que experimentam a cidade através das práticas cotidianas, aqueles que se situam embaixo “de onde cessa a visibilidade”, isto é, “pelos praticantes ordinários da cidade”, imersos em seus espaços, em sua rotina.

A mesma consideração se faz em relação ao conceito de patrimônio cultural. Buscamos utilizar uma definição mais contemporânea, na qual a ideia de preservação abrange valores como identidade e cidadania, materialidade e imaterialidade. De acordo com Silva (2009, p. 65-81), essa relação de simbiose aponta para os processos pelos quais passaram as edificações e seu entorno como imagens de uma cidade vivenciada cotidianamente, produtora de narrativas, e não como objetos cristalizados, distanciados afetivamente dos habitantes da cidade no presente.

Assim, buscamos lançar um olhar sobre a Rua da Bahia, a qual se estende desde a Avenida do Contorno no hipercentro até a Região Centro-Sul da cidade, formando um Corredor Cultural, compreendendo um perímetro de proteção, que é o resultado de um processo histórico de construções, demolições e reconstruções.

Isso é consequência de contribuições sucessivas, não somente de um momento histórico. Esse corredor possui várias histórias sobre a transformação de Belo Horizonte, da história da arquitetura, da ocupação urbana, do comércio, das pessoas, em suma, da cultura da capital mineira. Nesse corredor cultural, a relação entre literatura, memória urbana e patrimônio cultural verifica-se fortemente, segundo Borba (2006).

CAFÉ, CINEMA, LIVRARIA: TERRITÓRIOS MODERNISTAS

Segundo Klug, Lima e Lebedeff (2015), a memória é fruto da existência de lugares que tiveram sua importância dada a uma significação coletiva, constantemente ameaçada pelo tempo, a desmemória: “a memória está ameaçada pelo esquecimento, surgindo, portanto, a necessidade da criação de lugares para guardá-la, preservá-la de ser esquecida” (KLUG; LIMA; LEBEDEFF, 2015, p. 184). Neste sentido, os espaços físicos são formas de preservar a existência do lugar, tais como edificações, ruas, mapas, traçados e perímetros.

Nas considerações de Benjamin (2009), as ruas são espaços coletivos compartilhados, em um transe constante de movimentos e carregadas de representações sociais, seja pelas edificações, pelas pessoas ou pelos acontecimentos que nelas se figuraram como cenários, um espaço do coletivo.

As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado que vivencia, experimenta, conhece e inventa tantas coisas entre as fachadas dos prédios quanto os indivíduos no abrigo de suas quatro paredes. [...] a rua, se

apresenta como o *intérieur* mobiliado e habitado pelas massas. (BENJAMIN, 2009, p. 468).

A Rua da Bahia, por ser um dos traçados mais antigos da Nova Capital, foi palco de acontecimentos, andanças, e representações literárias de suas edificações, que se tornaram hoje patrimônio mineiro.

Por ser uma extensa via, nos concentraremos especificamente em um dos seus trechos: o que se localiza entre a Avenida Afonso Pena e a Rua dos Guajajaras. Este trecho, durante as três primeiras décadas do século XX, foi cenário e ambiente do movimento modernista na capital mineira, com a intensa *flânerie* de jovens intelectuais por suas calçadas e estabelecimentos de natureza social, cultural e comercial: bares, cafés, clube, livrarias, biblioteca, cinemas, teatro, loja de discos, confeitarias, papelarias, charutarias, ali localizados.

Como se pode perceber, desde a inauguração da capital em 1897, a Rua da Bahia já apresentava características singulares em relação às outras ruas, em virtude de sua ocupação que mesclava a diversão, o consumo, o debate intelectual, a boemia. A pulsação dessa via é registrada em crônica da década de 1930 por Carlos Drummond de Andrade (1984, p. 54), com as seguintes considerações: “eu conhecia a Rua da Bahia, o quanto ela era feliz. Era feliz e tinha um ar de importância que irritava as outras ruas da Cidade”.

No trecho que aqui nos interessa, uma espécie de “território modernista”, formado pelos três quarteirões cortados pelas ruas Goiás, Goitacazes e pela Avenida Paraopeba, atual Augusto de Lima, de poucas residências e de inúmeros espaços destinados ao público, havia o famoso Bar e Café Estrela, o Cine Odeon, o Cine Metrôpole e a Livraria Francisco Alves. Há

que se mencionar, ainda, a presença do imponente prédio do Conselho Deliberativo da Capital, uma edificação em estilo neogótico manuelino, inaugurado em 1914, onde funcionava, além do Conselho, a primeira Biblioteca Municipal de Belo Horizonte, à época da inauguração do prédio com um acervo de 4 mil volumes¹.

Ao lado do Conselho Deliberativo, foi construído e inaugurado, em 1930, o prédio onde funcionava o Clube Belo Horizonte, onde aconteciam movimentados bailes de carnaval². O Clube ocupou anteriormente o Sobrado Mendes Pimentel³, em cujo andar térreo ficava o Cine Odeon. Em *Beira-mar*, o memorialista Pedro Nava (2003, p. 72) registra: “a noite caiu. Era hora de irmos nos preparar para o baile no Clube Belo Horizonte [...] Entramos a pé por Goiás, descemos solenemente a Rua da Bahia e subimos a escada de ferro do clube que coruscava de luzes e de apanhados de serpentina”. O Sobrado ficava dois quarteirões abaixo da atual edificação e era um exemplar da arquitetura eclética ou neoclássica de influência francesa, acompanhando a concepção arquitetônica que norteou a construção de Belo Horizonte. A escada de ferro, citada por Nava, é um dos elementos característicos de tais construções na capital mineira.

¹Notas

O Prédio do Antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte, localizado na Rua da Bahia, 1049, foi tombado pelo IEPHA/MG por meio do Decreto nº 17.087, em 13/3/1975. Além do seu uso original, a referida edificação também abrigou a primeira estação de rádio de Belo Horizonte, na década de 30 e, na década de 70, o Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães, ali permanecendo até à década de 90, quando cedeu lugar ao Centro de Cultura Belo Horizonte e este foi substituído pelo atual Museu da Moda, gerenciado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. (Cf. Guia de Bens Tombados IEPHA/MG, p. 19-23).

² O Clube Belo Horizonte deixou de funcionar no prédio da Rua da Bahia em 1978. A edificação é tombada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, dentro do Conjunto urbano da Rua da Bahia. A edificação é a primeira construção em Belo Horizonte a utilizar as vigas de concreto, uma influência da estética *art déco*. O prédio abriga atualmente o Museu Inimá de Paula.

³ O Sobrado Mendes Pimentel foi demolido em 1978, e em seu lugar foi construído um prédio que abriga um banco.

À frente do Conselho Deliberativo, podia-se ver o Grande Hotel, um edifício circulado por uma vasta sacada com vista para a Rua da Bahia e para a Avenida Paraopeba⁴. Neste hotel, hospedou-se, em 1924, a emblemática Caravana modernista, formada pelos paulistas Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Godofredo Telles, Olívia Penteadó e o poeta franco-suíço Blaise Cendrars. Foi exatamente na sacada do Grande Hotel, observando a noite belo-horizontina, que Mário de Andrade escreveu o poema “Noturno de Belo Horizonte”. Desse encontro, nasceu a amizade de Carlos Drummond e Mário de Andrade, perpassada por uma intensa correspondência entre ambos e que duraria até a morte do segundo, em 1945. Note-se aqui que os locais mencionados funcionam como espaços de sociabilidade na jovem capital, propiciando o diálogo entre lazer e cultura, necessários ao funcionamento da metrópole que então se formava. Como se pode notar, esses locais adentram o literário e são atravessados por ele, seja nas representações que deles fazem os escritores, seja como palco da vida intelectual.

A nossa (re)visita percorrerá o Bar e Café Estrela, os cinemas Odeon e Metrópole e a Livraria Francisco Alves, enquanto marcos referentes ao modernismo na cidade e às questões relacionadas ao patrimônio cultural da capital. No Bar e Café Estrela se reunia um grupo de jovens poetas, estudantes ou recém-formados, para discutir literatura, arte e política. Embora frequentassem outros bares, como o não menos famoso Bar do Ponto, na

⁴O Grande Hotel deu lugar ao Condomínio Archângelo Maletta, com uso comercial e residencial. Seu *hall*, sobreloja e porão abrigam bares, restaurantes, livrarias, lojas e serviços (como sapateiro, relojoeiro, vidraceiro). Apesar de estar na área do Conjunto urbano da Rua da Bahia, não tem tombamento isolado e há uma movimentação de setores da intelectualidade belo-horizontina para que isto ocorra, em razão de sua importância cultural para a capital mineira. Convém registrar que a sacada da edificação original, com vista para a Rua da Bahia e para a Avenida Augusto de Lima, foi mantida.

esquina da Rua da Bahia com Avenida Afonso Pena, a assiduidade com que compareciam ao local tornou o grupo conhecido como Grupo do Estrela ou, simplesmente, Grupo Estrela.

O Grupo – considerado pelos próprios integrantes como uma “confraria” e que se transformou na primeira geração modernista belo-horizontina - era formado pelos já citados Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, Emílio Moura, João Alphonsus, Abgar Renault, Aníbal Machado, Cyro dos Anjos e vários outros estudantes ou recém-formados. Posteriormente, eles se tornariam figuras públicas, seja pela inserção no cenário literário brasileiro, seja por sua participação em cargos político-administrativos, em Minas Gerais ou no âmbito federativo, caso do próprio Drummond e de Gustavo Capanema (também integrante do Grupo Estrela). Na gestão de Capanema/Drummond no Ministério da Educação, foi criado o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 e assinado o decreto-lei nº 25 (que instituiu a preservação do patrimônio cultural brasileiro), do qual Mário de Andrade foi mentor. Em *Beira-mar* (escrito mais de cinquenta anos depois dos acontecimentos vivenciados), o Estrela é assim descrito pelo memorialista Nava:

O salão do Estrela era um prodígio de decoração *belle-époque*. [...] Havia cinco portas de frente. Serviam só as três do meio porque as dos extremos tinham sido viradas em vitrines onde se exibiam bebidas caras, queijos estrangeiros, latarias. [...] Ah! Noites...as calçadas ficavam cheias e como o tráfego de Bahia era escasso, seus declives e a subida até a linha de bondes eram ocupados pelos rapazes esperando a entrada das namoradas para seguirem-nas. As idas e vindas da conversa iam nos levando de um a outro dos viajantes modernistas paulistas. Não deixávamos um deles sem nosso dedo de prosa. O era um grupo só, ora ele se subdividia em vários na Praça Sete, em Afonso Pena, Bahia. (NAVA, 2003, p. 109).

No trecho destacado, o memorialista relembra, além do próprio espaço físico do Estrela, a movimentação das pessoas no seu entorno, numa simbiose que se apresentaria como fundamental à formação de sua geração, conforme observa Kaio Carmona (2016, p. 45) sobre a detalhada descrição da cidade e a escritura de Nava.

A *flânerie* – o ato de caminhar sem pressa, observando os elementos da paisagem urbana – foi essencial àquele grupo de intelectuais na composição de seus escritos e em sua própria visão de mundo, pois a arte de andar pela cidade, apreender seus detalhes e constituir um mosaico poético da urbanidade cumpriu um papel social de criar laços de pertencimento, de propiciar uma relação identitária dos jovens escritores com a também jovem capital. Walter Benjamin, em *Passagens*, faz um recorte da figura do *flâneur*, em que o insere como o indivíduo capaz de olhar sobre a cidade de forma atenta às suas principais mudanças, registrando as reflexões acerca do impacto da modernidade nas cidades. “A cidade é a realização do antigo sonho humano do labirinto. O *flâneur*, sem o saber, persegue esta realidade” (BENJAMIN, 2009, p. 468).

As figurações da cidade, tão caras à estética modernista, como não poderia deixar de ser, estão presentes também em *A Revista* – primeira publicação modernista belo-horizontina, produzida pelos rapazes do Grupo Estrela, em 1925 - preenchendo as páginas da sessão intitulada “Marginália”, através de notícias do cotidiano urbano. Isto sem falar na sessão principal, onde Belo Horizonte aparece em poemas e crônicas, as quais, lidas à luz da contemporaneidade, configuram-se como textos de caráter historiográfico e sociológico, em virtude dos registros neles anotados sobre acontecimentos, vida social e

lugares que sofreram descaracterizações ou que mesmo deixaram de existir, como as edificações do Estrela e do Bar do Ponto⁵, cujas existências persistem na letra duradoura.

Tal como os bares e cafés, os cinemas se apresentam na Belo Horizonte modernista como um espaço de diversão e sonho, reforçando os vínculos de seus frequentadores com a concepção do que era “moderno”, “cosmopolita” e próprio da metrópole. Entre os inúmeros cinemas inaugurados na capital mineira em seu período *belle époque* até o final da década de 1920, o Cine Odeon era o mais procurado pelos escritores que compunham o grupo modernista, que com ele mantinham uma relação de afetividade. Localizado no quarteirão entre a Avenida Afonso Pena e as ruas Goiás e Goitacazes, esse cinema funcionava no Sobrado Mendes Pimentel.

Na crônica “Uma velha cidade”, Drummond destaca, no “território modernista” da Rua da Bahia, a presença do Estrela e do Odeon:

Às sextas feiras havia sessão Fox no Odeon, e as três meninas da rua Goiás compareciam de branco, de vermelho e de namorado. O mundo era pequeno e limitava-se ao norte pelo Café Estrela, na Rua da Bahia, e a leste pela casa Oscar Marques, na Avenida Afonso Pena. (ANDRADE, 1984, p. 124).

Fazendo uma espécie de inventário sentimental das edificações implantadas nos quarteirões da Rua da Bahia que ora focalizamos, Nava escreve:

O cinema ficava num belo prédio de dois andares cujo lado esquerdo (de quem olhava) abria para o sobrado do Comendador Fonseca (em cima) e para a *Charutaria Flor de Minas* (embaixo). [...] O cinema tinha cinco portas. [...] Todas essas portas eram guarnecidas por

⁵ A edificação onde funcionou o Bar e Café Estrela foi demolida, e em seu lugar foi construído o Edifício Ipê, em 1958. A demolição da edificação também ocorreu com o Bar do Ponto, que deu lugar ao prédio do Othon Palace Hotel, o qual começou a ser construído em 1969.

bandeiras de serralheria prateada semelhantes às das três sacadas de cima, do salão de baile do *Clube Belo Horizonte*. (NAVA, 2003, p. 53, grifo do autor).

O encerramento do Cine Odeon é motivo de um dos mais belos poemas de Drummond enquanto morador de Belo Horizonte, de onde se mudaria para o Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 1930. Em “O fim das coisas”, o poeta lamenta a perda do cinema, deixando claro seu envolvimento afetivo com aquele lugar, onde as imagens na tela e os sons da orquestra despertavam as suas fantasias:

Fechado o Cinema Odeon, na Rua da Bahia. Fechado para sempre. [...] A matinê com Buck Jones, tombos, tiros, tramas. Exijo em nome da lei ou fora da lei que se reabram as portas e volte o passado musical, Waldemar pissilândico, sublime agora que para sempre submerge em funeral de sombras neste primeiro lutulento de janeiro de 1928. (ANDRADE, 1984, p. 138).

Comoção idêntica à de Drummond ocorreria em 1983 com a demolição do prédio onde funcionava o Cine-teatro Metrópole, após uma batalha judicial dos proprietários do imóvel contra o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), que tombou a edificação. O IEPHA/MG foi apoiado por várias entidades culturais, estudantes, artistas e pela comunidade em geral, mas foi vencido pelo poder econômico. Embora não faça parte do ambiente da primeira geração modernista, pois foi inaugurado em 1942, o cinema em questão se localizava na Rua da Bahia, atuando como espaço de sociabilidade e dando continuidade à tradição cultural desta rua. Além disso, a questão da demolição do Cine Metrópole tornou-se emblemática, transformando o olhar sobre a preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte.

O prédio do Cine-teatro Metrópole, que se localizava na esquina da Rua da Bahia com Rua Goiás, foi erguido no local onde antes havia o Teatro Municipal, um prédio de

arquitetura eclética ou neoclássico de influência francesa, inaugurado em 1921. O Municipal foi fechado em 1938 e, em 1942, foi aberto o Cine-Teatro Metrópole. Conforme o *Processo de Tombamento IEPHA/MG*, do prédio de 1921 foi aproveitado o arcabouço, mantendo-se quase que integralmente a planta original. A fachada foi inteiramente transformada, seguindo a tendência em voga, com ornatos simples e linhas geométricas, próprias da estética *art déco*. O Cine Metrópole funcionou até 1983, sendo tombado em maio daquele ano, em meio a uma polêmica judicial. Os proprietários da edificação impugnaram o tombamento e obtiveram sua anulação. Entre as razões apresentadas por eles, as quais constam no documento de impugnação, o prédio possuía apenas “valor afetivo” para a cidade e não valor histórico, pois “nenhum acontecimento relevante para a História da cidade havia ocorrido ali” (IEPHA/MG, 1983, p. 198-208).

Como se pode notar, à época desconhecia-se a ideia de patrimônio afetivo e a questão identitária imbricada ao conceito de patrimônio tal como pensado atualmente. Ademais, há que se sublinhar que a história cultural também não era relevante para os que elaboraram o documento de impugnação, para quem “eventos históricos” eram somente os eventos elencados pela História oficial, geralmente ligada aos detentores do poder político. Os protestos de estudantes, artistas, intelectuais e da comunidade contra a destruição do Cine Metrópole, documentados em recortes de jornais e em cartas de apoio, os quais constam também do referido Processo de Tombamento, apontam aquele bem cultural não apenas como um marco arquitetônico, mas como algo que fazia parte do cotidiano dos belo-horizontinos. Para os que se pronunciaram a favor da preservação do prédio/cinema, fica claro que a edificação conferia sentido e significado ao cenário da cidade e, por

extensão, ligava-se às suas memórias, às suas experiências enquanto cidadãos de Belo Horizonte.

Por fim, encerramos com a Livraria Francisco Alves, enquanto catalisadora da intelectualidade modernista, com suas publicações que atraíam os *flâneurs* do Grupo Estrela às prateleiras e caixas espalhadas por todos os lugares do prédio que serviam de instalação à livraria.

A Livraria Alves & Cia escolheu a capital mineira para ser sua segunda casa. A filial foi instalada em um sobrado construído pelo próprio Livreiro Francisco Alves de Oliveira, e inaugurada em 15 de junho de 1910 (MACIEL, 2016, p. 111).

A Livraria Alves foi palco da cena intelectual mineira. Sua localização à Rua da Bahia fortaleceu essa imagem de espaço para encontros e leituras. Maciel (2016) relata a importância da inauguração da livraria na cena: “o seu cenário era pomposo e concorrido: a rua da Bahia, por onde o bonde subia e os passageiros podiam ver a arquitetura do sobrado, o penúltimo prédio” (MACIEL, 2016, p. 112). E acrescenta uma informação extraída dos jornais da época e das memórias de Nava sobre as características da edificação:

[...] com sua vitrine de livros, e até o grupo de estudantes que marcavam aí seus encontros e encantos. Esse grupo que tinha Pedro Nava como um de seus componentes rememora a Livraria Alves como um dos espaços de formação literária do grupo mineiro, ainda que seja furtando livros [...] (MACIEL, 2016, p. 112).

Pedro Nava registra as passagens pela livraria em suas memórias como um dos pontos emblemáticos da Rua da Bahia, juntamente com o grupo Estrela, do qual ele já se reconhecia como parte, e se tornou o ponto de encontro do grupo.

[...] Seus encontros começavam de tarde e aconteciam principalmente em locais que teremos de descrever. A *Livraria Alves; o Café e Confeitaria Estrela; o Cinema Odeon* – sobretudo às sextas-feiras, cujas noites era ocasião de verdadeiro acontecimento social semanal, a chamada Sessão Fox. [...] Logo se verá a importância desses locais e o que eles representavam para a jovem roda. A sucursal do livreiro Alves ficava no segundo quarteirão à direita de quem subia a rua da Bahia, de que era, nesse ponto, o penúltimo prédio. Um simpático sobrado pintado de claro e manchado da poeira sépia de Belo Horizonte. [...] Pois mais ou menos entre duas e três horas, além dos aludidos, de outros estudantes de Direito e de Engenharia, nosso grupinho enchia o Alves. (NAVA, 2003, p. 106-108, grifos do autor).

A edificação que abrigou a livraria foi construída para esta finalidade, sendo marco histórico da Nova Capital, portanto protegido por meio de tombamento municipal, que preserva a edificação como símbolo da sua contribuição na difusão e formação literária modernista por meio das edições e publicações literárias da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias de Nava e Drummond resgatam as passagens pelo eixo da Rua da Bahia sob a perspectiva do olhar *flâneur* dos modernistas. Os três elementos aqui elencados, o bar, a livraria e o cinema formaram a tríade cultural do grupo Estrela que contribuíram para a ressignificação desses espaços na memória coletiva, portanto fundamental para o reconhecimento como patrimônio cultural belo-horizontino.

Ao recuperar as memórias de Nava, buscamos reviver o sentido simbólico que os bens culturais protegidos representam para a coletividade, primeiramente, e aos modernistas e à intelectualidade daquela geração, sendo objetos fundamentais para a consolidação da noção de patrimônio cultural afetivo.

A literatura, enquanto fonte de registro das histórias que constituíram a memória coletiva da capital, eleva o seu papel social na construção do pensamento histórico sobre a formação social e intelectual mineira. Para tanto, esta (re)visita à Rua da Bahia fez um recorte memorialístico que resgata a importância dos bens culturais protegidos e, acima de tudo, o papel fundante do livreiro Alves na Nova Capital para a formação intelectual, além de sua contribuição na produção editorial mineira.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Boitempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Crônicas 1930-1934*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG/Imprensa Oficial de São Paulo, 2009.
- BORBA, Denise Martins. Cidade: lugar de trânsito da memória. In: RODRIGUES, Bernadete Bittencourt. *Projeto Corredor cultural Rua da Bahia: educação patrimonial e memória urbana*. 2006. Disponível em: <www.academia.edu/Projeto_Corredor_Cultural_Rua_da_Bahia_Educacao_Patrimonial_e_memoria_urbana.pdf>. Acesso em setembro 2016.
- CARMONA, Kaio Carvalho. [Belo Horizonte literária: a cidade e a poesia](#). *Opiniões*, São Paulo, n. 9, p. 38-45, dez. 2016. ISSN 2525-8133. Disponível em: <www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/124614/PDF>. Acesso em março 2018.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUIA de bens tombados IEPHA/MG*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2011/2012. 1v.
- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. *Processo de tombamento do Cine-Teatro Metrôpole, Belo Horizonte, MG*. Belo Horizonte, 1983.
- KLUG, Marlise Buchweitz; LIMA, Rosimeire Simões de; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. *Literatura como lugar de memória: uma análise do romance Satolep, de Vitor Ramil*. Antares Letras e Humanidades, Caxias do Sul, RS, Universidade de Caxias do Sul, 2015, vol. 7, n. 13, jan./jun., p. 182-198. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/2954>> Acesso em maio 2018.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Livraria Francisco Alves em Minas Gerais. In: BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Rei do Livro: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Lihed/UFF, 2016.

NAVA, Pedro. *Beira-mar*. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora Giordano, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, Luiz Henrique Horta; WERNECK, Nísia Duarte (Orgs). *Rua da Bahia*. Belo Horizonte: UFMG, 1990 (Coleção Arte e Imagem).

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Patrimônio e Literatura. In: PEREZ, Carmem Lúcia Vidal; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. (Orgs.). *Memórias e Patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, v. 1. p. 65-81.

Artigo recebido em: 30 de maio de 2018.
Artigo aprovado em: 08 de setembro de 2018.